

ARNON DE MELLO

Senador da República

F
918.103
M527

BRASIL

PASSADO

e

PRESENTE

Serviços Gráficos GAZETA DE ALAGOAS

Maceió — Alagoas

PASSADO

Senhor Presidente (*)

Prazerosamente acolhi a designação de V. Ex^a para, em nome do Senado, falar nesta solenidade com que o Congresso Nacional comemora o Dia da Comunidade Luso-Brasileira.

Há mais de trinta anos integrei, como representante da nossa Imprensa, a comitiva do então Presidente de Portugal, General Carmona, em sua visita a Cabo Verde, Moçambique e Angola. Foram três meses de viagem, durante os quais pude ver de perto algumas das raízes do Brasil.

Filho de Senhor de Engenho do Nordeste, vivendo desde criança em meio a descendentes de africanos empregados na agricultura da cana-de-açúcar, encantou-me o entrar em contato com a cultura negra nas suas fontes mais autênticas. A curiosidade de jornalista e a preocupação de antigo aluno de Sociologia de Gilberto Freyre motivaram o meu empenho de melhor conhecer a realidade africana, observando usos e costumes indígenas tanto como as relações de portugueses e prêtos já não em terras da América, mas no próprio continente negro.

RAZÕES DO ENCONTRO

Para melhor situar-me no presente, haveria eu de recordar o passado, as razões mais remotas do encontro das

(*) Discurso pronunciado pelo Senador Arnon de Mello, em nome do Senado Federal, na sessão solene do Congresso Nacional, em Brasília, comemorativa do Dia da Comunidade Luso Brasileira, a 22 de abril de 1970.

duas raças, primeiro na África e a seguir na América. Estávamos entre os séculos XV e XVI, no início dos imperialismos oceânicos, e ao tempo do movimento da Reforma de Lutero e Calvino. As duas nações da Península Ibérica se entregavam à expansão ultramarina, sustentadas pelo Papa Alexandre VI, espanhol de nascimento, que, receoso do poderio e da expansão dos infiéis muçulmanos — senhores do Mediterrâneo e já se espalhando pelo Norte da África —, em 1494 dividira o mundo entre Portugal e Castela, através da assinatura do Tratado de Tordesilhas. Amparadas pela Santa Sé, defendem as duas nações ibéricas a descoberta de novas terras como missão que lhes é atribuída pela Providência, para levarem aos hereges que as habitavam a fé religiosa, submetendo-os e convertendo-os ao cristianismo. A tarefa não lhes era, todavia, muito fácil, não tanto pelas resistências do oceano aos seus ímpetos e avanços mas, sobretudo, porque outras nações continentais, além de pugna-rem pelo direito ao livre trânsito nos mares, não reconheciam a posse das terras sem a sua ocupação efetiva. Esta foi a posição tomada por Francisco I, Rei de França, que se dispunha a respeitar apenas os “lugares habitados e defendidos”, porque “o sol brilhava tanto para êle como para os outros”, e, negando o caráter sagrado da dádiva e protestando contra o monopólio, frisava que “gostaria de ver o testamento de Pai Adão para saber de que forma êle dividira o mundo”.

EXPEDIÇÕES PORTUGUÊSAS

Guiados pelo Infante D. Henrique, os portugueses iniciaram impávidos suas expedições marítimas para o Oriente, na direção sul, e por quase todo o século XV as continuaram. Para seu maior sucesso, utilizavam recursos científicos e tecnológicos, no campo da navegação, da construção naval, da organização das travessias e da atividade comercial, e se valiam ao mesmo tempo de informações de mercadores de outras terras e de agentes que a seu mando percorriam o mundo todo. As decisões eram tomadas em reuniões de que parti-

cipavam homens de governo e homens de ciência, tecnólogos, matemáticos, astrólogos, cartógrafos, pilotos, veteranos navegadores de expedições passadas e aspirantes ao comando de expedições futuras. Tudo se organizava com a preocupação da maior segurança, debatidas e examinadas as alternativas, estudados todos os aspectos do empreendimento, selecionado o material humano com extremos de precaução. O Cais da Ribeira era, no século XV, para a conquista dos mundos novos, o que é Houston neste século XX para a conquista do cosmos; ontem argonautas e hoje astronautas, os heróis das façanhas históricas.

Assim agindo, os portugueses alcançaram a Índia, fizeram, através da expedição de Vasco da Gama, a transformação do mundo comercial, retirando de Veneza e Alexandria o privilégio de praças dos maiores negócios da Europa.

Com a expedição de Cabral, que sucedeu à de Vasco da Gama e igualmente modelar na sua organização, descobriram os portugueses este País.

PRESENÇA DO PRÊTO NO BRASIL

D. João III começa, em 1534, a colonização do Brasil, dividindo nosso território em 15 capitanias e doando-as a 12 donatários, subordinados por Carta Régia de 7 de janeiro de 1549 a um governo geral, chefiado por Tomé de Souza. Mas o País era muito grande, e os seus recursos humanos, o índio, sem resistência nem aptidões para o esforço que, desaparecido o comércio de pau-brasil, mais se fazia preciso a fim de desenvolvê-lo, dentro do caráter sistemático da nossa colonização tão bem definida por Oliveira Martins —, quase exclusivamente dedicada à agricultura, à plantação de cana e ao fabrico de açúcar. O índio repele no seu nomadismo o trabalho sedentário da lavoura, tornando angustiante o problema da falta de braços.

A solução seria recorrer à África, que a êsse tempo já provia a Metrópole de fôrças de trabalho para seus campos e cidades, e ao viajante Gerônimo Muenzer não passou desper-

cebido que mesmo em Lisboa havia africanos utilizados em oficinas que fabricavam âncoras para as caravelas.

Logo se voltam as vistas dos colonizadores para o continente negro, e o regime de escravidão ganha novo ímpeto. O Brasil recebe primeiro escravos da Guiné e depois do Congo e de Angola e Moçambique. A planta africana encontra clima propício na jovem e livre América. Intensifica-se o tráfico, e de tal forma que leva o Padre Vieira a declarar numa de suas cartas que sem Angola não teria havido pretos e sem pretos não haveria Pernambuco, como em um de seus sermões disse depois que o algodão enegrecera o Maranhão, tantos eram os escravos empregados nessa lavoura. Em 1580, não se cuidava em Angola senão de exportar braços para o Brasil: 52.053 peças entre 1575 e 1591, conforme registra Abreu e Brito em inquérito de 1592; e quase um milhão até o ano de 1681, segundo o Visconde de Paiva Manso.

OCUPAÇÃO E LIBERTAÇÃO

Portugal, com apenas um milhão de habitantes, tem sob sua bandeira, mercê dos descobrimentos, milhões e milhões de almas em territórios duzentas vezes mais vastos que o seu, estendidos da Europa para a África Ocidental e Oriental, a Ásia, a América e Austrália, onde chegou no século XVI e a que deu o nome de Grande Java. Ainda que empenhando os maiores esforços para manter íntegros tão formidáveis domínios, não tinha condições de fazê-lo. Os holandeses conquistam então Pernambuco e lá se instalam e se dedicam ao tráfico de escravos para o Nordeste. Angola está, conseqüentemente, na sua alça de mira. Tentam, por várias vezes, ocupá-la, sempre repelidos, mas conseguem afinal o seu intento em 1641.

Passam-se sete anos, e é um brasileiro carioca — Salvador Correia de Sá e Benevides — quem, a 12 de maio de 1648, parte do Rio de Janeiro para libertá-la, levando uma esquadra organizada mercê de empréstimo de sessenta mil cruzados que lhe fazem “com grandíssima vontade” os mo-

radores da cidade de São Sebastião. Em sua "História Geral das Guerras Angolanas", de 1680, diz Antônio de Oliveira Cadornega, escritor e militar membro da expedição, que no Rio "houve um morador tão honrado e bom vassalo, por nome Cristóvão Vaz, que o que lhe tocou o trouxe à porta em sacos de dinheiro com festejos de caramelos, e não somente o que lhe era consignado senão ainda de sobejo, que repartia com liberal mão com oficiais e soldados".

A luta se travou três meses depois, quando da chegada da esquadra a Angola, e em dois dias a colônia estava livre dos flamengos. O libertador assumiu-lhe o Governo, por dez anos dirigiu-lhe os destinos e se transformou no seu maior herói, com estátua na praça principal de Luanda e efígie nas notas de dinheiro angolano.

BRASILEIROS EM ANGOLA

Sucedeu-o João Fernandes Vieira, que, nascido em Portugal, para aqui viera com 12 anos de idade e em Pernambuco se notabilizara nas lutas contra os holandeses. Depois dele é outro brasileiro que ocupa o Governo da colônia, André Vidal de Negreiros, herói das guerras pernambucanas e cujo nome, como o de Salvador de Sá, se tornou legenda em Angola.

Além das relações diretas que mantínhamos (as ordens de Portugal para Angola iam sempre do Rio de Janeiro, os barcos a vela fazendo a viagem em dois e três meses), seus primeiros colonos já foram do Brasil. Eram portugueses da Madeira que, em virtude da questão nativa surgida no nosso País, se transferiram com suas famílias para a África. A cidade de Mossâmedes foi fundada por gente já anteriormente estabelecida em Pernambuco e dirigida pelo colono Bernardino Freire Figueiredo d'Abreu e Castro. Em geral, os médicos e militares lá residentes, além dos governadores, eram brasileiros. Havia, ainda, em Angola, há trinta anos passados, funcionários públicos descendentes de brasileiros e muitos vestígios de famílias nossas, os Gurgel, os Amaral, os Cidade. E, em outras partes da África, no Daomé, por exemplo, são numerosos os

brasileiros, filhos de africanos nascidos no Brasil e africanos mesmo que lá residem e retornaram ao continente negro depois de aqui haverem estado e trabalhado.

APROXIMAÇÕES E INFLUÊNCIAS

Vê-se que as nossas relações com Portugal, ao tempo da colonização, não se restringiam apenas à metrópole, mas estendiam-se a áreas da África, de influência lusitana — o que ainda mais criava laços de aproximação entre brasileiros e portugueses. E em África deixamos também as nossas marcas, que se alongam no tempo, quando não pela presença ali de brasileiros, certamente pela nossa cultura, nessa interpenetração iniciada e fortalecida pelo gênio lusitano.

Ao chegar a Angola, há trinta anos atrás, tive a sensação de visitar velha cidade brasileira, suas casas dentro do mesmo estilo das que foram aqui construídas em tempos coloniais, e nas suas ruas também gente morena, semelhante à nossa.

Nos bairros indígenas de Moçambique, no oceano Índico, como que me reencontrei com os mucambos do engenho de meu pai, onde, por sinal, se usavam diversos instrumentos de cozinha que então vi em África e daí saíram para cá.

Em Luanda e sobretudo na Ilha de Santiago, em Cabo Verde, ouvi falar de escritores, artistas, jogadores de futebol, políticos brasileiros, como se estivesse em nosso território. Gilberto Freyre, Jorge Amado, José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Viana Moog eram familiares àquela gente, parecia até que moravam ali. Os nossos maiores jogadores de futebol — àquele tempo Domingos, Leônidas, Valdemar de Brito — dir-se-ia fôssem irmãos dos quais se falava com intimidade e em alguns dos quais se descobria ascendência caboverdiana. O samba era a música preferida, cantada e dançada pelo povo e tão ouvida através dos aparelhos de rádio que nos davam êstes a impressão de permanentemente ligados às emissoras brasileiras.

“Aqui é Portugal” — bradavam os cartazes que em meio às homenagens ao Chefe da Nação portuguesa surgiam pelas estradas e ruas onde passávamos. Tais e tantas foram as parecenças conosco — com os primórdios da nossa história e também com aspectos da nossa vida de hoje que encontrei nas terras portuguesas de África — que então considere não seria descabido aparecessem cartazes em nosso País com os mesmos dizeres. Pois se assim é em terras de África, de população afirmativa nas suas manifestações de cultura, se lá se gravaram tão nítidas as marcas de Portugal, por êle e nos seus desdobramentos brasileiros — neste País, onde se aprimorou o gênio criador lusitano, sem maiores resistências do índio, não seria demais que disséssemos: “Aqui também é Portugal.”

EXISTIRIA O BRASIL SEM PORTUGAL ?

Exitiríamos nós se não fôsse Portugal, se não houvésssemos tido o português para trazer-nos o africano e com êle aqui promover a miscigenação e o nosso desenvolvimento econômico, estribado na sua experiência dos mouros, que, nos sete séculos em que ocuparam a Península, também lhe transmitiram a técnica da industrialização que serviu para os produtos brasileiros, especialmente a cana-de-açúcar?

Além dos valores indígenas e africanos, tivemos na nossa formação, ainda na época colonial, a contribuição dos holandeses e, mais recentemente, a dos alemães, italianos e japoneses, mas a influência que aqui domina continua a ser evidentemente a lusitana.

Entre o que de importante nos legaram os portugueses, já não refiro o nosso território, que, alargado à época da colonização, pôde também ser depois mantido em bases jurídicas mercê dos documentos deixados pelos descobridores. Já não aludo à religião católica, oficializada pelos portugueses e hoje adotada pela quase totalidade dos brasileiros. Nem menciono a língua, que domina inteiramente o País, enquanto estão desaparecidos inteiramente as línguas e dialetos africanos. Não falo da unidade nacional, preservada a todo custo, ao lado

das divisões e subdivisões territoriais da América Espanhola. Não me detenho nem mesmo na miscigenação, de que nos informa o recenseamento de 1959 (61,8% brancos; 26,6% pardos; 11,0% negros; 0,6% amarelos; 0,2% indígenas), através de números que afirmam o nôvo tipo étnico que estamos criando — o moreno, que se coloca ao lado do branco, do preto e do amarelo —, miscigenação que nos livrou dos perigos das lutas raciais pelo fato de o português, tão calejado nas suas relações com os mouros e outros povos, não ter considerado os negros à maneira dos puritanos ingleses, que não somente lhes fugiam de corpo, mas os excluía de qualquer convivência. “Neste País somos todos mestiços — dizia Sylvio Romero —; quem não o é no sangue ou na pele, é no espírito.”

A CULTURA PORTUGUESA

Importantíssimo é tudo isso —, prodigiosos alicerces do Brasil de hoje —, mas prefiro ressaltar nesta oportunidade a cultura portuguesa, em si, que integrou os melhores traços dos valores essenciais da cultura dos povos que nos ajudaram, sem exclusivismo negativo para a nossa formação e para o nosso futuro. Com a sua “capacidade única de perpetuar-se em outros povos” — diz Gilberto Freyre em *“Casa Grande e Senzala”* —, “dissolvendo-se nêles a ponto de parecer ir perder-se em sangues e culturas estranhas, mas os mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser”, pôde o português realizar aqui a sua maior obra e, mesmo com a nossa independência, continuar presente entre nós, a ponto de não se saber “onde acaba o Brasil e começa Portugal”.

Devemos positivamente a Portugal mais do que o nosso descobrimento, mais do que a nossa existência, mais do que a nossa sobrevivência, a nossa continuidade: desenvolvemos a nossa estrutura de Nação, em termos de uma fraternidade humanista, que em nós madrugou desde os albores da

colonização. “Depois de Cristo — é ainda Gilberto Freyre que o diz —, ninguém contribuiu mais do que os portugueses para a fraternidade entre os homens.”

NA EUROPA E NO BRASIL

Impressionante como o gênio lusitano não pôde triunfar na Europa, se triunfou nos trópicos, aqui plantando e cultivando a semente de uma civilização original como a brasileira.

Na Península Ibérica, além das terras pobres, cuja produção diminuía com a expulsão dos mouros, lutavam os portugueses contra as sêcas, que foram desastrosas especialmente no século XV. Das sêcas e de outras condições climáticas, meteorológicas, físicas e geológicas, se aproveitaram êles para a produção em larga escala do sal, então fabuloso elemento econômico, porque o mundo da Idade Média tinha no peixe salgado alimentação valiosíssima.

Mas, ao mesmo tempo, tangidos pela pobreza do solo da Península, recorreram ao mar os portugueses, através do qual alcançaram outras terras e então com a incumbência da Santa Sé de persuadir e catequizar os nativos. No solo americano encontraram condições ideais não apenas para empregar suas qualidades intrínsecas, mas também para utilizar o saber de experiência feito. Estudos e pesquisas, recentemente divulgados, evidenciam que na divisão dos continentes, ao separar-se a África da América do Sul, ficou êste hemisfério com boa parte do território africano, que integra o território brasileiro, pois, além das várias semelhanças conhecidas, lá se têm encontrado minerais idênticos aos do nosso continente, e, aqui, esqueletos de animais andiluvianos que só mesmo por lá existem.

Defrontaram-se, assim, os portugueses no Brasil com clima e solo já seus conhecidos através da longa convivência com os mouros invasores e da própria ancestralidade, pois dos iberos do Norte da África também descendem. Fatores diversos permitiram-lhes, pois, a integração e o fabuloso êxito da

colonização nos trópicos, a par da sua excepcional plasticidade e da sua capacidade de persistir e resistir adquirida nas duras lutas peninsulares.

Foi no Brasil, ressaltava Antônio Sérgio, que “pela primeira vez tiveram os portugueses condições de ambiente francamente propícias para um gênero determinado de cultura básica”, ou seja, um produto primário de alimentação e de fácil venda como então o açúcar. E acentua Antônio Sérgio que o açúcar foi para o português dos trópicos, no terceiro século da expansão marítima, o que, em importância econômica, representou o sal para o português da Metrópole antes daquela expansão.

LABORATÓRIO DE CIVILIZAÇÃO

Está aí, através deste ligeiro esboço de fatos e razões, porque não criou o português neste hemisfério uma simples colônia de plantação mas desde logo uma Nação alicerçada em autênticos valores culturais, sociais e econômicos. Transplantou para os trópicos o que tinha de melhor de si mesmo, da sua cultura, enriquecida pela ameríndia e africana, que logo incorporou à nova civilização originada de seu gênio criador. Com a interpenetração de tantas culturas, valorizou-se o esforço lusitano no novo mundo, e de tal modo que bem poderia dizer-se que em nenhuma parte mais que aqui está presente o português nas afirmações da sua personalidade construtiva, porque em outra parte mais ensejos não teve que aqui para tais expansões criadoras.

A realidade comprova que, vindo dessas origens, descoberto e colonizado pelo português, “o latino mais rico em sentimentos e emoções”, no dizer de Keyserling em sua “análise espectral da Europa”, o Brasil é hoje uma democracia étnica e social para a qual contribuiu espantosa variedade de tipos raciais e culturais, dentro dos três grupos fundamentais que o integram. Aqui se experimentaram, como assinala Artur Ramos, todos os possíveis contatos de raças. E estas mesmas — o português, o índio e o negro — por seu lado já

excessivamente ricas na multiplicidade dos componentes da sua formação. Os africanos importados que ao Brasil chegavam tinham a mesma cor de pele, mas culturas as mais diversas, como variadas eram as culturas das tribos de aborígenes que povoavam o nosso território. E o português, que já descendia dos ligúrios e iberos, a numerosos povos se juntou na Península, desde os celtas, germanos, mediterrâneos até os berberes e os árabes, de todos recebendo, ao mesmo tempo que a influência étnica, a cultural, e constituindo-se num dos povos mais heterogêneos do mundo. Muitas razões temos nós, pois, com tais e tantos valores étnicos, culturais e sociais, para continuar sendo aquêlê “laboratório de civilização”, da definição de Rudiger Bilden.

COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

Diante de realidade tão ofuscante, em que portuguêses e brasileiros tão profundamente se ligam — não por imposição de vontades e interesses, mas por assimilação de cultura docemente processada e aceita —, nada mais justo do que o ato do Congresso Nacional aprovando projeto do nobre Senador Vasconcelos Tôrres, que institui o “Dia da Comunidade Luso-Brasileira”. E o dia da Comunidade Luso-Brasileira haveria de ser o de hoje, 22 de abril, quando, em 1500, mais ou menos a esta hora mesma da tarde, e também numa quarta-feira, como registrou em sua carta Pero Vaz Caminha, teve início, com a presença em nosso solo de Pedro Alvares Cabral e seus companheiros de expedição, a marcha vitoriosa da Nação brasileira. O ato do nosso Parlamento está evidentemente matrizado no mais profundo do nosso povo, que mantém inflexível os valores que nos legaram os portuguêses.

Permanecemos, assim, quase cinco séculos passados, fiéis às nossas origens, povo e elite integrados no mesmo sentimento de comunidade luso-brasileira. E é na base dessa fidelidade não desmentida através dos tempos que nos fortalecemos para cumprir nossa missão no mundo nôvo.

PRESENTE

Sr. Presidente (*)

Acabo de chegar de Alagoas, onde motivos imperiosos me retiveram, não me permitindo a alegria de aqui estar, ontem, quando se instalou o Congresso Nacional. Chego a êste plenário, e V. Ex^ª, Sr. Presidente, me surpreende e honra com o convite para ocupar a tribuna, em seguida ao nobre Senador Guido Mondin, que pronunciou brilhante discurso nesta sessão em que o Senado festeja o sexto aniversário da Revolução.

Quase não tenho nada mais a dizer, depois não sòmente do que ouvimos do nosso ilustre colega, mas ainda do discurso de V. Ex^ª, Sr. Senador João Cleofas, ontem, na instalação do Congresso, e da Mensagem na mesma data dirigida à Nação pelo Sr. Presidente da República.

A palavra de V. Ex^ª, Sr. Senador João Cleofas, que falou em nome do Parlamento, e a do Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici coincidiram na apreciação da realidade brasileira e, especialmente, no destaque dado à importância do Poder Legislativo na vida das nações, o que prova a identificação dos nossos sentimentos e pensamentos com os do eminente Chefe do Poder Executivo Nacional.

(*) Discurso pronunciado pelo Senador Arnon de Mello na sessão de 1 de abril de 1970, do Senado Federal, em Brasília.

OS DIAS DE 1964

Senhores Senadores

Para comemorar a Revolução de 64, nada melhor do que relembrar aqueles dias de 64: a Revolução nasceu realmente do seio da família brasileira, que saiu à rua, de rosário na mão, para rezar e pedir a Deus pela Pátria; e a Revolução tem sido fiel àqueles anseios de tranquilidade e progresso que motivaram a família brasileira a ir às ruas das principais cidades do país.

Não preciso realçar a obra fabulosa que a Revolução tem realizado. Vale, entretanto, ressaltar, em bem da verdade histórica, que em 1964 a inflação alcançou uma taxa excepcional, de mais de 80%, quando este ano, como o Sr. Presidente da República anuncia em sua Mensagem, teremos uma taxa de inflação de apenas 10%. Tal resultado, Srs. Senadores, bem demonstra o excepcional serviço prestado ao Brasil pelos governos revolucionários.

SEM ECONOMIA DE MERCADO

Há muito a destacar, ainda, a crédito da Revolução. Somos 90 milhões de habitantes, e mais de 30 milhões de brasileiros não tinham, antes de 1964, economia de mercado. A Revolução vitoriosa cuidou do grave problema, e já hoje, Sr. Presidente grande parte desses brasileiros, através dos incentivos fiscais e de financiamentos ao Norte e Nordeste e a outras Regiões do País, tem condições para trabalhar e produzir. Já integram eles a nossa população, não como párias, como marginais, mas como elementos construtores do nosso progresso.

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

Cumprе considerar, Sr. Presidente, que revolução é cirurgia e não clínica, mas, dentro do nosso regime, ninguém

pode negar que os últimos três Presidentes da República, os dois que já passaram e o atual, tiveram e o atual tem o empenho de restaurar a normalidade democrática. O Governo procura conciliar a Revolução com a democracia, e não apenas com a democracia liberal, como ainda ontem dizia, na sua mensagem, o eminente Presidente Garrastazu Médici.

O Sr. Filinto Muller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com grande prazer.

O Sr. Filinto Muller — A Revolução, forçosamente, tem que se identificar com a democracia, pois ela foi feita exatamente para salvar a democracia.

O SR. ARNON DE MELLO — Perfeitamente, nobre Líder.

O Sr. Filinto Muller — Pedi ao Presidente da Casa que desse a palavra ao Vice-Líder, o nobre Senador Guido Mondin, para que S. Ex^a registrasse a passagem da data da Revolução Democrática. Se V. Ex^a parar um instante para meditar, verificará que o que estava sendo destruído, o que estava sendo ameaçado de destruição era o regime democrático, e a Revolução foi feita para salvar a democracia.

LIBERDADE E DESENVOLVIMENTO

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre e eminente Líder Filinto Muller. Vou mais além que V. Ex^a: não pode haver liberdade, não pode haver democracia sem desenvolvimento. Para construirmos uma sociedade de bem-estar, temos de lutar contra a miséria, filha diletta do atraso, do subdesenvolvimento, e material combustível para o desespero e o caos. Divide-se e distribui-se riqueza, bens de produção, e não miséria ou fome.

A Revolução de 1964 se tem preocupado fundamentalmente com o desenvolvimento brasileiro, que já vem sendo feito em termos de ciência e tecnologia. Ampliaremos, assim, as áreas de bem-estar com a redução das necessidades e daremos sentido e conteúdo social à democracia, que não pode ser simplesmente liberal. Que adianta, Sr. Presidente, termos liber-

dade para ir ao cinema se não temos dinheiro para pagar a entrada? Há de ser a democracia não puramente formal, mas social, lastreada pelo desenvolvimento global, econômico e também social.

DEMOCRACIA FORMAL E DEMOCRACIA REAL

As palavras pronunciadas pelo Senhor Presidente da República na Escola Superior de Guerra, e reproduzidas na mensagem de S. Ex^a dirigida ao Poder Executivo, merecem aplausos. Não concordo com restrições que lhes foram feitas, e que li hoje na imprensa. Só poderemos garantir a liberdade e a paz na base do desenvolvimento. Os inquéritos que se têm feito no mundo identificam as tensões sociais como geradas pela miséria. E de Paulo VI já ouvimos que o nome da paz é hoje desenvolvimento. Ao Poder Público, portanto, compete incentivar e promover o desenvolvimento global para garantir a democracia social. Este, o pensamento do Chefe da Nação, que se empenha, com a sua ação desenvolvimentista, em instaurar no Brasil não uma democracia formal, e, sim, uma democracia real.

FIEL AS INSPIRAÇÕES DA FAMÍLIA BRASILEIRA

A Revolução Brasileira tem sido fiel às inspirações como às aspirações democráticas da família brasileira. Nestes seis anos passados, já três Presidentes exerceram o Poder Executivo, o que evidencia que vivemos, senão num regime democrático de estilo clássico, seguramente num regime que mantém a temporariedade dos mandatos, e temporariedade dos mandatos não é característica das ditaduras, nem das tiranias.

Diga-se que a Revolução Francesa desaguou na ditadura chefiada por um dos maiores caudilhos da História, Napoleão Bonaparte. Mas a Revolução Brasileira, todos nós sentimos — e aí está como se tem verificado tranquilamente a sucessão dos seus Presidentes —, a Revolução Brasileira, que

erigiu o homem como sua meta prioritária, não desaguará na ditadura.

DEPENDE DOS HOMENS PÚBLICOS

Certo, Senhor Presidente, a normalidade democrática depende muito mais de nós mesmos. De nós, que representamos o povo nesta Casa, de nós, que nos dedicamos à vida política, nós que temos sensibilidade para sentir os problemas do povo e trazê-los ao conhecimento dos altos dirigentes do País.

O Sr. Filinto Muller — V. Ex^ª. afirma uma grande verdade: depende mais de nós do que dos próprios detentores do mando.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, eminente Senador Filinto Muller, pelo seu aparte, que me honra e fortalece os argumentos do meu discurso.

OS PRÓXIMOS COMÍCIOS

Sr. Presidente, aguardo ansioso os comícios da campanha eleitoral dêste ano, nos quais desejo falar ao povo esta linguagem, e tenho certeza de que o povo nos compreenderá, e compreenderá as boas intenções e o sentido dos atos da Revolução de 64.

Sou representante de Alagoas, integrante do Nordeste. Sei quanto o meu Estado e a minha região se beneficiaram nesses seis últimos anos, com os incentivos fiscais, com as ajudas do Governo Federal. E todos sabemos quanto o Brasil se tem beneficiado com a ação dos seus governantes de hoje, marcada pela preocupação do desenvolvimento, não em termos puramente estatísticos, mas desenvolvimento em profundidade, garantidor da normalidade e estabilidade democráticas.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex^ª um aparte? (Assentimento do orador)—Peço permissão a fim de interromper o discurso de V. Ex^ª para fixar-me na pessoa do atual Che-

fe do Governo, General Emílio Garrastazu Médici. Não vou dizer isto pela primeira vez, mas pela segunda, porque, agora, cabe a comemoração da efeméride, e gostaria, como fluminense, de lembrar que, sem o então Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, jamais teria havido 31 de março. Foi a decisão firme do então General de Brigada Emílio Garrastazu Médici que, dispondo de uma liderança incontestável entre a juventude militar, primeiro lançou manifesto a todo o Exército, usando uma frase muito de seu estilo: a Academia Militar das Agulhas Negras — AMAN — era a célula mater de toda a oficialidade do Exército. Apregoava, diante dos fatos que se desenrolavam, que o Exército se mantivesse unido. Já havia tomado uma deliberação. E as forças jovens do Exército marcharam na vanguarda daqueles que depois chegariam à Guanabara. O II Exército pôde ficar tranquilo, com a decisão do Comandante Médici, a quem já conhecia em Rezende. Raras vezes tive oportunidade de ver um Comandante se identificar tanto com — se V. Ex^a me permitir usar o termo que lá é conhecido — a cadetada, ou seja, com o corpo de cadetes. O General Médici, na sua mesa de refeição, de vez em quando chamava um cadete que se comunicava com a juventude militar e isto fez com que, ao primeiro chamamento, todos, sem uma discrepância sequer, atendessem à sua voz. Não estou dizendo isto, agora, meu nobre colega Senador Arnon de Mello, porque é fácil fazer elogio aos que estão no Poder; sou egresso de um partido que apoiava o Governo de então. Mas aí estão meus discursos, nos Anais da Casa, revelando-me com várias atitudes. Participei de uma reunião de Senadores em que um deles deu um brado de alerta e eu dei o segundo, mostrando que estávamos caminhando para o caos. Hoje, devo dizer a V. Ex^a, integrado fielmente na Aliança Renovadora Nacional, se exalto a personalidade do atual Chefe do Governo é para renovar, também, meus propósitos de sempre marchar firme ao lado da nossa agremiação partidária que dá suporte político e que co-participa das vitórias do movimento de 31 de março. Só mesmo um cego não enxerga a evidência das obras, hoje, das construções, das estradas, dos

portos, dos aeroportos. E no meu Estado, por exemplo, e no Estado da Guanabara, a grande obra centenariamente sonhada, já começa a ter as primeiras estacas, que é a ponte Rio-Niterói. Aqui cabe uma palavra ao Marechal Costa e Silva, que tomou, corajosamente, esta empreitada a si, e uma palavra de saudade ao meu amigo, com quem servi na Escola do Estado-Maior do Exército, Marechal Castello Branco. Se me referia, há pouco, ao Sr. Presidente, é que estava lendo o discurso pronunciado ontem por S. Ex^a focalizando justamente os pontos contidos no início da sua oração, nobre Senador. “Povo de minha terra — em seguida — meus cadetes, meus jovens comandados da Academia Militar de Agulhas Negras. . .” Interrompi, então, o discurso de V. Ex^a para fixar tais aspectos. Perdoe-me pelo aparte tão longo, nobre Senador.

O POVO APLAUDIRA’

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Vasconcelos Torres, pela excelente colaboração que dá às palavras que aqui estou pronunciando.

Agradeço, Sr. Presidente, a honra com que V. Ex^a me distinguiu, convidando-me a falar neste dia em que o Senado comemora a Revolução de 64. E concluo estas breves palavras reafirmando a convicção de que o povo, que para aqui nos mandou, há de nos aplaudir, nos comícios futuros, pela nossa compreensão ante a realidade brasileira, e pelos nossos esforços no sentido de assegurar a mais breve retauração da normalidade democrática.

Senado Federal



SEN00034820